



Reforma nas leis do trabalho será votada hoje em comissão

Relator na Comissão de Constituição e Justiça pede aprovação integral da proposta, mas outros cinco senadores apresentaram relatórios alternativos

A votação da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça é a última etapa antes de o projeto ser remetido para análise do Plenário. Líder do governo no Senado e relator na CCJ, Romero Jucá defende a aprovação da proposta do Executivo sem alterações.

No entanto, Eduardo Braga, Paulo Paim, Lídice da Mata e Vanessa Graziotin apresentaram relatórios alternativos contra o texto. E Lasier Martins fez parecer pela aprovação com emendas. Ontem líderes discordaram sobre calendário definido anteriormente para votação nas comissões e no Plenário.



Lider do governo, Jucá (C) combate intenção de outras lideranças de adiar a votação que está marcada para hoje

Em audiência, projeto recebe apoio e críticas

Legalidade da proposta divide debatedores

Entidades de comércio e serviços pedem aprovação

4 e 5

Marcos Brando/Agência Senado



Para Eunício, país tem modelo político arcaico e crise não vai parar o Congresso

Parlamentares querem aprovar reforma política a tempo para as eleições de 2018

Mudanças nas regras eleitorais podem entrar em vigor em 2018, caso a reforma política seja aprovada pelas duas Casas do Congresso até setembro

deste ano. Senadores e deputados discutiram ontem o assunto em um almoço com os presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia. **3**

Recurso contesta arquivamento de ação contra Aécio **8**

Igreja Universal recebe homenagem por seus 40 anos **2**

Vídeo explica fases das despesas públicas **8**

Senadores pedem novo fórum sobre Amazônia **6**

Ministro do Planejamento alerta para gravidade da situação fiscal do país

Dyogo Oliveira, titular do Planejamento, disse, em audiência ontem no Senado, que continua gravíssima a situação fiscal brasileira. Seis anos de deficits relevantes, afirmou

ele, deixaram o país em um cenário insustentável. Ele defendeu a aprovação da reforma da Previdência para reduzir os gastos públicos no setor, que hoje chegou a 57%. **8**



Dyogo Oliveira debate LDO 2018 em reunião na CMO, presidida por Dário Berger

Pedro Franco/Agência Senado

Banda larga precisa de política e verba para chegar a todo o país, aponta debate

Debatedores criticaram a falta de recursos, de regulamentação e de políticas públicas específicas para a universalização da banda larga. Também pediram aprovação da Lei Geral das Telecomunicações. **7**

Pedro Franco/Agência Senado



CCT, presidida por Otto Alencar (4º à esq.), debate qualidade da internet rápida

Senado ratifica acordos assinados pelo Brasil com quatro países

O Senado aprovou acordos assinados pelo Brasil com Senegal, Macedônia, Luxemburgo e Santa Lúcia. Os textos, que serão promulgados, tratam de cooperação em ciência, educação, previdência e cultura. **3**

Plenário vai analisar oferta de assistência psicológica em escola de educação básica

A Comissão de Educação e Cultura aprovou ontem um projeto que garante assistência psicológica obrigatória, nas escolas da educação básica, a professores e alunos. Caberá ao Plenário a decisão final. **7**

Congresso homenageia os 40 anos da Igreja Universal

Sessão especial lembrou instituição fundada em um coreto do subúrbio do Rio por Edir Macedo e que hoje está presente em 110 países de quatro continentes e possui o maior espaço religioso do país

O CONGRESSO REALIZOU ontem uma sessão solene em homenagem à Igreja Universal do Reino de Deus pelos 40 anos de sua fundação. A sessão foi solicitada pelo deputado Márcio Marinho (PRB-BA) e pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

A igreja foi fundada por Edir Macedo em julho de 1977, em um coreto no subúrbio do Rio de Janeiro. Lopes afirmou que a Universal é uma instituição transformadora de vidas.

— A igreja hoje está presente em mais de 110 países das Américas, na Ásia, na Europa e na África. Em 2014, a Universal inaugurou na cidade de São Paulo seu templo mundial, o Templo de Salomão, maior espaço religioso do país.

O senador destacou o trabalho realizado pela instituição no amparo ao morador de rua, a presidiários, dependentes químicos e mães solteiras, sendo exemplo de transformação social. Ele afirmou que o trabalho social da Igreja Universal ajuda segmentos da população que muitas vezes não conseguem amparo do

Estado e da iniciativa privada. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu a religiosidade e a solidariedade da instituição.

— Sempre admirei as obras sociais das igrejas, que vão de ações de proteção às crianças sem lar aos cuidados com pessoas da terceira idade. A determinação, o trabalho e a fé dos devotos transformaram a Igreja Universal em uma das mais significativas instituições religiosas do Brasil — afirmou.

Na visão de Eunício, neste momento de profunda crise econômica e política por que passa o país, “é importante o sentimento de que algo maior, Deus, está protegendo o Brasil”.

Resgate

O bispo Domingos Siqueira disse que a sessão é o reconhecimento da nação do trabalho “anônimo e silencioso” que a Universal faz no Brasil. Entre exemplos desse trabalho, ele citou o estímulo para que os fiéis busquem o “sucesso profissional e o conforto material que merecem” e o

resgate de pessoas de vícios. Na opinião dele, a igreja é alvo de preconceito religioso e de incompreensão.

Marinho afirmou que vidas e famílias foram transformadas, inclusive as dele mesmo, pelo trabalho de Edir Macedo. Para o deputado, muitos segmentos se incomodaram pelo crescimento do trabalho do fundador da Universal, que foi preso em maio de 1992, após culto realizado na cidade de São Paulo, acusado de charlatanismo, estelionato e curandeirismo.

— Macedo foi solto alguns dias depois e as acusações foram posteriormente arquivadas por falta de provas. Seu trabalho incomodava porque ia de encontro a tudo que nós víamos e ouvíamos. O Congresso faz um grande reconhecimento a um trabalho que começou com um jovem cujo único objetivo foi, é e será unicamente a salvação das pessoas — afirmou.

O prefeito do Rio de Janeiro, o ex-senador Marcelo Crivella, que é bispo da Igreja, também participou da sessão solene.



Congresso durante sessão solene destinada a comemorar os 40 anos de fundação da Igreja Universal do Reino de Deus

Prorrogada isenção de adicional ao frete da Marinha

O prazo de isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante foi estendido em cinco anos. A medida está na Lei 13.458/2017, publicada no *Diário Oficial da União* de ontem. A isenção do imposto vale somente para mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado nas Regiões Norte ou Nordeste. A nova lei tem origem na Medida Provisória 762/2016, aprovada no Senado no dia 31.

O texto prorrogou a isenção do adicional de 8 de janeiro de

2017 para 8 de janeiro de 2022. A prorrogação não terá impacto sobre a arrecadação federal porque a lei prevê o repasse do adicional às empresas de navegação, já que cabe a elas a cobrança e o depósito no Fundo da Marinha Mercante (FMM) para uso na renovação e manutenção da frota.

O texto aprovado pelo Congresso estendia a isenção do adicional a mercadorias importadas que chegassem pelos portos do Norte e do Nordeste. Esse artigo foi vetado pela

Presidência da República, sob alegação de que o dispositivo representa renúncia tributária, descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal por não trazer estimativa do impacto financeiro nem medidas de compensação. Também foi vetado o financiamento pelo FMM da recuperação, dragagem, modernização e expansão ou construção de portos. O fundo destina recursos apenas para desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval.

Internado em Brasília, João Alberto vai colocar marca-passo

Após sentir tontura e desaceleração cardíaca, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) foi internado ontem no Instituto do Coração do Distrito Federal. A assessoria do senador informou que ele

deve se submeter a cirurgia para colocar marca-passo. João Alberto é presidente do Conselho de Ética. Em boletim divulgado à tarde, o hospital diz que o senador estava estável, sem previsão de alta.

Roberto Rocha será corregedor do Senado até junho de 2019

O Plenário aprovou ontem Roberto Rocha (PSB-MA) como novo corregedor do Senado. O mandato vai até junho de 2019. As funções

do cargo envolvem manter o decoro, a ordem e a disciplina e fazer sindicâncias sobre denúncias de ilegalidades envolvendo senadores.

Cidinho comenta corte de verba da Noruega à Amazônia

Cidinho Santos (PR-MT) falou sobre o anúncio da Noruega de que cortará investimentos para preservação da Amazônia. Os recursos enviados pelo país, disse, não sustentam a política ambiental brasileira. Ele explicou que é o Fundo da Amazônia, gerido pelo BNDES, que financia 89 projetos na região. Embora considere importante o investimento norueguês, Cidinho disse ser necessário preservar a soberania nacional.

— A Amazônia é patrimônio do Brasil em primeiro lugar.

Telmário cobra recursos para estradas vicinais de Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) lamentou que 9 dos 11 integrantes da bancada de Roraima destinem parte da verba de emenda parlamentar para o Dnit usar na rodovia entre Boa Vista e a Guiana, que não precisa de reparos. Enquanto isso, disse, estradas de cascalho que dão acesso a Uiramutã (RR) ficam alagadas. Para ele, a bancada deveria destinar o dinheiro para o governo do estado recuperar estradas vicinais:

— As vicinais estão intransitáveis, esse dinheiro todo poderia estar lá.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDR Mapa do Turismo**
8h30 Na pauta de 9 itens, o PLC 147/2015, que institui o Mapa do Turismo.
- CAS Demissão sem justa causa**
9h A comissão pode votar 13 itens, entre eles o PLS 274/2012, que protege trabalhador de demissão sem justa causa.
- CTEC Mensagens em propaganda**
9h O PLC 30/2017, que proíbe mensagens subliminares em propagandas, é um dos 14 itens da pauta
- CCJ Reforma trabalhista**
10h Análise do PLC 38/2017, que trata da reforma trabalhista.
- CSE Requerimentos**
10h30 A comissão aprecia requerimentos.
- CDH Acessibilidade**
11h A comissão pode analisar o PLS 650/2011, sobre acessibilidade no Programa Minha Casa, Minha Vida, e mais 17 itens.
- CRA Bem-estar dos animais**
14h Audiência sobre a defesa e a proteção do bem-estar dos animais.

- CMO LDO 2018**
14h Reunião sobre o trâmite da LDO 2018.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, a PEC 77/2015, que prevê prestação de contas simplificada para cidades de menor porte.
- MP 783/2017 Novo Refis**
14h30 A comissão da MP, sobre o novo Refis, vota plano de trabalho.
- MP 774/2017 Desoneração da folha**
14h30 A comissão da MP, que acaba com a desoneração da folha, vota relatório.
- MP 775/2017 Registro de garantias**
14h30 A comissão da MP, que muda o registro de garantias em operações financeiras, vota relatório.
- MP 778/2017 Dívidas previdenciárias**
14h30 A comissão da MP, que renegocia dívidas previdenciárias de estados e municípios, promove audiência interativa.
- MP 772/2017 Multa por fraude**
15h A comissão da MP, que aumenta multa por fraude em produto de origem animal, aprecia relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Mudanças nas eleições podem valer em 2018

Os presidentes do Senado e da Câmara se reuniram com parlamentares ontem em almoço e negociaram pontos da reforma política para serem votados até setembro

SENADORES E DEPUTADOS discutiram ontem mudanças nas regras eleitorais que podem entrar em vigor em 2018, caso a reforma política seja aprovada pelas duas Casas do Congresso até setembro deste ano. Os parlamentares participaram de um almoço para discutir o assunto na residência oficial do presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Três pontos estão mais perto de um acordo: a criação de um novo fundo para o financiamento das campanhas eleitorais, a proibição de coligações partidárias para as eleições proporcionais e uma cláusula de barreira para que os partidos políticos tenham acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV.

Outra mudança prevista é na eleição para deputados, que hoje são selecionados por sistema proporcional, em que os votos vão para os partidos e as coligações. Está em análise a implantação do sistema distrital misto a partir de 2020: metade dos parlamentares continuaria sendo eleita de forma proporcional, enquanto a outra metade chegaria à Câmara pelo voto majoritário em distritos eleitorais.

Falta definir como será em 2018. O líder do governo, Ro-



Eunício Oliveira (ao microfone) discute a reforma política com líderes partidários do Senado e da Câmara dos Deputados

mero Jucá (PMDB-RR), relatou a reforma política no Senado e sugere que a Câmara aprove uma regra de transição.

— Eu não vi uma maioria marcante para definir um modelo. O Senado vai acatar aquilo que os deputados definirem, porque a eleição dos senadores já é majoritária — disse.

Os parlamentares também discutiram a convocação de um plebiscito em 2020 para confirmar a criação do novo fundo para o financiamento das eleições. Para Eunício, a

proposta pode enfrentar resistência na sociedade.

— Se não encontrarmos primeiro qual o sistema político para 2018, como vamos discutir um fundo extra para financiar eleições? Não sei se a sociedade vai compreender você usar recursos novos para o financiamento de campanha num momento de dificuldade, crise e desemprego — afirmou.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que as comissões daquela Casa que tratam da reforma política

devem votar antes do recesso parlamentar, marcado para começar em 17 de julho.

Em entrevista a caminho do almoço, Eunício defendeu a importância de aprovar a reforma política.

— Não temos ainda um modelo político para a disputa das eleições de 2018. O modelo atual já ficou para trás, é um modelo velho, arcaico, que deu no que deu em relação a toda essa crise política. Deu errado e tumultuou a vida política brasileira, numa posição des-

confortável. Então, nós temos que ter responsabilidade e bom senso. Temos cerca de quase 14 milhões de brasileiros desempregados nas ruas, nós não podemos paralisar o Brasil.

O presidente do Senado disse que a denúncia feita pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Michel Temer não vai interferir no trabalho parlamentar.

— Estamos passando por uma crise política e uma crise econômica, ambas são graves, mas precisamos tocar o Brasil.

Eunício afirmou que o calendário de votações do Congresso, com a previsão do recesso, está mantido e que qualquer alteração nesse prazo só ocorrerá por decisão combinada entre Senado, Câmara e Presidência da República.

— O cronograma está mantido, inclusive com prazo determinado para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias possa ser votada — explicou.

Segundo ele, o Senado está trabalhando e segue com a análise da reforma trabalhista.

— A representação feita pelo procurador-geral deve ser respondida pelo Supremo e pela Câmara. Não cabe ao Senado opinar nesse processo porque é assim que a Constituição diz.

Senado ratifica quatro acordos internacionais assinados pelo Brasil

O Plenário do Senado aprovou ontem acordos de cooperação assinados pelo Brasil com Senegal, Luxemburgo, Macedônia e Santa Lúcia. Os textos seguem para promulgação.

O acordo com o Senegal, celebrado em 2010, é destinado à cooperação científica e tecnológica. O objetivo é expandir laços entre as comunidades científicas dos dois países, por meio de condições favoráveis para atividades de cooperação.

Há previsão de intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, custeio de atividades e facilitação do trânsito de pessoal e equipamentos necessários à pesquisa conjunta.

O acordo (PDS 9/2017) também prevê intercâmbio de cientistas e pesquisadores, eventos na área científica, formulação e implementação de programas conjuntos de pesquisa e aplicação dos resultados de pesquisas na economia, indústria, agricultura e medicina, entre outros.

O texto teve parecer favorável da relatora na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora diz que as

comunidades científicas do Brasil e do Senegal irão se beneficiar do intercâmbio.

Previdência

Com Luxemburgo, o foco da cooperação ratificada ontem pelos senadores é a previdência social. O acordo, assinado em 2012, estende aos trabalhadores de cada país, residentes no território do outro, o acesso ao sistema de previdência local.

Negociado pelos ministérios responsáveis pela Seguridade Social e pelas chancelarias dos dois países, o acordo (PDS 10/2017) foi firmado com o objetivo principal de permitir aos trabalhadores que contribuíram para os dois sistemas somar os períodos de contribuição para que atinjam o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e outros benefícios previdenciários.

Pelo texto, cada sistema pagará a quantia ao beneficiário em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país, proporcionalmente ao tempo de recolhimento.

Em seu relatório, Paulo Paim (PT-RS) argumenta que, com o aumento dos

movimentos migratórios, esses acordos se revelam pertinentes, pois muitos trabalhadores dividem sua carreira profissional, passando a contribuir para sistemas previdenciários distintos. Muitos deles, explica o relator, não completam os requisitos em um país isoladamente para obtenção da aposentadoria ou outros benefícios.

Educação

A educação é o tema do acordo com a Macedônia. Firmado em 2013, o texto (PDS 7/2017) busca fomentar as relações entre os países e contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis. Entre as metas propostas, estão o fortalecimento da cooperação educacional, a formação e o aperfeiçoamento de professores e pesquisadores, o intercâmbio de informações e a cooperação entre pesquisadores.

O compromisso internacional prevê atividades de intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e especialistas, para a realização de cursos de graduação e pós-graduação e missões de ensino e pesquisa.

O texto não se aplica ao

reconhecimento e a revalidação de diplomas e títulos acadêmicos, que continuam sujeitos à legislação nacional de cada um dos países.

Para o relator, Pedro Chaves (PSC-MS), o texto regula de modo satisfatório a cooperação educacional bilateral.

Cultura

Também ratificado ontem pelos senadores, o Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e o Governo de Santa Lúcia, no Caribe, prevê estímulo para cooperação e intercâmbio entre os países nos campos de artes visuais, música, dança, audiovisual, museus e proteção e conservação do patrimônio cultural, entre outros.

Em seu relatório ao PDS 13/2017, Acir Gurgacz (PDT-RO) afirma que a aproximação cultural dos dois países “abre espaço para o conhecimento recíproco, a troca de experiências e até mesmo a redução de comportamentos discriminatórios”. Ele destaca que, a partir da iniciativa, podem ser criadas oportunidades para se estabelecer cooperação em outras esferas, como a econômica, a política, a comercial e a tecnológica.

Plenário aprova novo embaixador em Belize

Foi aprovada em Plenário ontem a indicação de Luciano Helmold Macieira para embaixador do Brasil em Belize.

Macieira ingressou na carreira diplomática em 1985. Serviu no consulado-geral em Barcelona (Espanha) e na embaixada brasileira em Rabat, capital do Marrocos.

O intercâmbio comercial do Brasil com Belize ainda é pequeno, tendo atingido cerca de US\$ 5 milhões em 2016.

Indicação para agência de águas passa em Plenário

O Senado aprovou ontem a indicação do engenheiro Ricardo Medeiros de Andrade para a direção da Agência Nacional de Águas (ANA).

Andrade é atualmente superintendente de Implementação de Programas e Projetos da agência, cargo que assumiu em 2009. Desde novembro de 2016, ele é diretor-executivo do 8º Fórum Mundial da Água, previsto para ocorrer em Brasília em março de 2018.

Comissão vota hoje reforma trabalhista, que recebeu 5 relatórios alternativos

Na última etapa antes da análise da proposta pelo Plenário do Senado, a Comissão de Constituição e Justiça decide qual parecer será aprovado: o relatório oficial, de Jucá, que recomenda a aprovação do texto sem alterações, ou um dos cinco votos em separado, de Paim, Braga, Lídice, Vanessa e Lasier, dos quais quatro são contrários e um apoia o texto, mas com emendas

O PROJETO DA reforma trabalhista (PLC 38/2017) será votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), última etapa antes de ser submetido ao Plenário do Senado. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), recomendou a

aprovação integral da proposta, sem alterações. Foram apresentados cinco votos em separado (relatórios alternativos). Dois já haviam sido protocolados: os dos senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Paulo Paim (PT-RS), ambos

contrários à proposta. Ontem a comissão recebeu mais três: dois pela rejeição do texto — das senadoras Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) — e um pela aprovação, com alterações — do senador Lasier Martins (PSD-RS).

Lídice e Vanessa alegam que o projeto é inconstitucional porque vulnerabiliza as relações de trabalho e põe sob ameaça direitos consolidados. Para Lídice, a reforma introduz “um cardápio de contratos precários”. Para Vanessa, o projeto “atende

unicamente os interesses dos maus empregadores”. Elas consideram que a reforma retira dos trabalhadores direitos como a remuneração do tempo de deslocamento para o trabalho, a gratificação por tempo de função, e a garantia de acesso

gratuito à Justiça do Trabalho e a proteção sindical diante da rescisão contratual. Além disso, Lídice e Vanessa apontam a possível fragilização das estruturas sindicais, por meio do fim da contribuição obrigatória dos trabalhadores

aos sindicatos e da sobreposição dos acordos individuais à negociação coletiva. Já Lasier diz ser favorável à aprovação da reforma, mas sugeriu emendas para remover pontos polêmicos. Segundo ele, são críticas que “se tornaram

consenso entre a maioria dos parlamentares”. O senador propõe retirar do projeto o trabalho intermitente (contrato por hora) e a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. Ele também rejeita a flexibilização das regras

que restringem a atividade de mulheres grávidas em condições insalubres e a previsão de que negociações coletivas possam se sobrepor à lei trabalhista. O senador propõe ainda que a contribuição sindical obrigatoria seja extinta em um prazo

de quatro anos, em vez de imediatamente. Ontem, em Plenário, líderes partidários discordaram a respeito do calendário definido por acordo para a votação da reforma das leis do trabalho nas comissões e em Plenário.



Relator na CCJ, Jucá fala em Plenário na sessão de ontem, em que senadores discutiram sobre cronograma de análise da reforma

Líderes divergem sobre calendário de votação da proposta

O líder da bancada do PMDB, Renan Calheiros (AL), pediu em Plenário que a votação da reforma trabalhista na CCJ seja adiada para a próxima semana.

Segundo ele, o governo não pode obrigar o Senado a votar a reforma “da noite para o dia”. O senador admitiu a necessidade de mudanças na legislação trabalhista, mas ponderou que o momento político é conturbado. E lamentou o conteúdo da proposta, dizendo que retira direitos dos trabalhadores.

Para Renan, que pediu uma reunião de líderes para hoje, o acordo para o calendário de votação não deve ser usado para “revogar direitos do trabalhador”. Ele disse que, se necessário, poderá mudar a composição da CCJ.

Na visão de Renan, o PMDB não pode seguir sustentando um governo sem credibilidade. Ele chegou a manifestar apoio a sugestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que propôs a renúncia do presidente Michel Temer.

— O governo que está aí não tem condições de propor reformas — disse Renan em Plenário.

Em resposta, o líder do governo, Romero Jucá, discordou de Renan e negou que a proposta tire direitos do trabalhador.

— Temos um acordo. Vamos votar amanhã [hoje]. A partir daí, é com o presidente Eunício [Oliveira].

Humberto Costa (PT-PE) apoiou o pedido de Renan e propôs que a votação ocorra depois de

superada a crise. Rolfê Rodrigues (Rede-AP) também cobrou bom senso diante do momento político. O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), disse que votar o projeto sem debate profundo é “apequenar o papel do Senado”.

Já Magno Malta (PR-ES) pediu a Jucá que garanta a edição de medida provisória com os ajustes acordados. De acordo com Jucá, o governo se comprometeu a fazer esses ajustes.

Para Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a votação não deve ser adiada, pois a reforma moderniza as leis trabalhistas. Waldemir Moka (PMDB-MS) também defendeu a manutenção do cronograma. O líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), apoiou o governo e disse que as reformas precisam avançar.

Projeto é tanto defendido quanto criticado em audiência

A reforma trabalhista foi apoiada e também rejeitada na primeira audiência pública sobre o assunto realizada ontem pela CCJ, de manhã.

Os relatores da proposta no Senado e na Câmara e representantes da Justiça do Trabalho e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apoiaram o texto. Para o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator do projeto na Câmara, a regulamentação do *home office* e do trabalho intermitente trará de volta milhões de trabalhadores ao mercado formal.

— A ideia não é mudar a mão de obra, trocar o trabalho indeterminado pelo terceirizado ou pelo intermitente. O que queremos é que milhões de trabalhadores, hoje subtraídos de seus direitos pela informalidade, tenham acesso à Previdência, ao 13º salário, ao FGTS.

Marinho ainda defendeu o artigo que prevê a possibilidade de grávidas trabalharem em condições de insalubridade, desde que amparadas por atestado médico. Ele lembrou que a proposta teve apoio da bancada feminina na Câmara e surgiu a partir de sugestão de

trabalhadoras da própria área da saúde, que enfrentam dificuldades de empregabilidade devido à restrição.

A advogada Christina Aires, da CNI, defendeu que a aprovação da reforma possibilitará a segurança jurídica para a retomada de investimentos e a geração de novos postos de trabalho. Ela e o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) citaram o impacto que a aprovação deverá gerar na formalização de milhões de empregos e que o STF já possui jurisprudência reconhecendo o primado do negociado sobre o legislado.

A segurança jurídica com a aprovação do texto também foi defendida pelo juiz do Trabalho Rodrigo Dias, para quem o trabalhador é o principal penalizado pela rigidez da CLT.

Críticas

Um dos pontos mais criticados foi o artigo que condiciona as indenizações fruto de ações na Justiça ao salário do trabalhador. O procurador do Trabalho Ronaldo Fleury disse não existir hoje no mundo nada semelhante a esse mecanismo.

— Só encontrei algo assim

no Código de Hamurabi, que remete a quase 2 mil anos antes de Cristo, que estabelecia penas pela classe social da vítima.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou que o texto pode aumentar casos de assédio sexual e moral no trabalho.

Outro ponto criticado é a legalização do trabalho intermitente. Lasier Martins disse que o mecanismo não traz nenhuma vantagem ao trabalhador.

Já para o presidente da CUT, Vagner Freitas, o ponto mais prejudicial é o que estabelece que os acordos prevaleçam sobre a lei. Ganhará sempre a vontade do empregador, disse. A ministra Delaide Alves, do TST, afirmou que a Constituição só prevê a prevalência do negociado sobre o legislado em caso de aumento de direitos, e não de subtração como, disse, propõe a reforma.

A possibilidade de grávida trabalhar em condições insalubres e a terceirização geral no serviço público também foram avaliadas como inconstitucionais. Para Vanessa Grazziotin e Regina Sousa (PT-PI), a reforma provocará queda de receitas e quebrará a Previdência.



Representantes da indústria, de sindicatos, da Justiça do Trabalho e parlamentares em debate dirigido por Edison Lobão (C)

Debatedores discordam sobre legalidade das mudanças

Na segunda audiência pública da CCJ sobre a reforma trabalhista, à tarde, quatro debatedores afirmaram que a proposta tem muitos pontos inconstitucionais. Outros dois convidados, porém, defenderam a legalidade do projeto e sustentaram que as mudanças vão aumentar o número de postos de trabalho.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano, mencionou nota técnica de diversas entidades sobre inconstitucionalidades do PLC 38/2017. Ele disse que o projeto tem dispositivos que contrariam frontalmente o artigo 7º da Constituição, que trata dos direitos sociais dos trabalhadores. Para o juiz, a flexibilização de direitos prevista no projeto vai ser negociada sempre em prejuízo do trabalhador.

O presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Gonçalves de Araújo, afirmou que a população ainda não está suficientemente esclarecida sobre as mudanças previstas. Para ele, essas alterações vão

aprofundar as desigualdades e enfraquecer os sindicatos.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa, também tachou a reforma de inconstitucional e a chamou de “retrocesso social”. O procurador criticou o estímulo do projeto ao trabalho autônomo e levantou a hipótese de que empresas vão demitir empregados para recontratá-los como autônomos, intermitentes, terceirizados ou pessoa jurídica individual.

Representando a presidência do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Ulisses Borges de Resende também disse estar convicto que a reforma é inconstitucional. Ele sugeriu que o imposto sindical seja extinto de maneira gradual, e não abruptamente.

Defesa

O juiz do Trabalho Marlos Augusto Melek, do Paraná, argumentou que o PLC não acaba com o imposto sindical, apenas o torna opcional, o que valoriza os sindicatos realmente representativos. Ele defendeu o trabalho intermitente, que, em sua opinião, pode ser porta

de entrada para o mercado de trabalho para 54 milhões de brasileiros que estão na informalidade. Para ele, não há nada inconstitucional no PLC 38.

O professor da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) Antônio Galvão Peres defendeu a reforma, afirmando que ela busca regular situações que já acontecem hoje, mas sem regulamentação. Para ele, a proposta vai reduzir a insegurança jurídica na área trabalhista e reforçar o poder dos verdadeiros sindicatos.

A audiência foi dirigida pelo presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), e teve participação dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Regina Sousa, Lídice da Mata (PSB-BA), Fátima Bezerra (PT-RN) e Lindbergh Farias (PT-RJ). Com exceção de Lobão, todos defenderam a rejeição da reforma pelo Senado.

Também participaram representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Inter-sindical, Fórum Sindical dos Trabalhadores e Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho.



Valadares (C) conduz audiência com representantes de juizes e procuradores do Trabalho, centrais sindicais e professor

Para Paim, projeto acaba com a liberdade e torna o homem um “opressor de si mesmo”

Mais de 100 milhões de brasileiros serão prejudicados pela reforma trabalhista, disse Paulo Paim (PT-RS). O senador considerou o PLC 38/2017 “uma revogação da Lei Áurea”.



— O homem transforma-se no opressor de si mesmo — afirmou.

Ao citar Madre Teresa de Calcutá, Paim questionou se o mundo perdeu a capacidade de amar. Ele disse que a humanização do trabalho melhora a qualidade de vida, dando ao cidadão o direito de viver, trabalhar e morrer com dignidade.

Segundo Vanessa, sugestão de vetos mostra que nem mesmo relator apoia texto

Nem mesmo o relator da proposta de reforma trabalhista concorda com o teor da matéria, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para a senadora, isso fica comprovado com a declaração de Romero Jucá, de que os pontos polêmicos serão vetados pela Presidência.

Segundo Vanessa, não é o momento de um presidente denunciado pela Procuradoria-Geral da República por prática de crime comum, como Michel Temer, tratar desse assunto. Por isso, ela sugeriu que o próprio Congresso faça as “alterações necessárias” no projeto e defendeu um pedido de renúncia de Temer.

Humberto Costa: reformas têm a marca de um governo rejeitado e devem parar

Para Humberto Costa (PT-PE), as reformas trabalhista e da Previdência nada têm de modernizantes e não podem prosseguir tramitando no Congresso, porque têm a marca de um governo rejeitado pela população.



Ele acredita que os senadores indecisos votarão contra a reforma trabalhista na CCJ, num sinal claro de que o governo de Michel Temer chegou ao fim.

— Confio que nós iremos rejeitar a reforma e dar um sinal de que o presidente deve deixar o cargo — disse o senador.

Gleisi diz que já não há condições no Congresso para discutir mudanças propostas

Não é mais possível para o Congresso seguir com a discussão das reformas trabalhista e da Previdência diante da crise política que o Brasil atravessa, segundo Gleisi Hoffmann (PT-PR).



A senadora salientou que, pela primeira vez na história do Brasil, um presidente da República é denunciado pela Procuradoria Geral da República ao Supremo Tribunal Federal (STF) por crime comum no exercício do cargo. Gleisi classificou a situação que envolve Michel Temer como “uma vergonha para o país”.

Reguffe espera que Câmara aceite denúncia contra o presidente da República

Reguffe (sem partido-DF) considerou que será inaceitável se a Câmara rejeitar a abertura de processo criminal contra o presidente Temer no STF. Segundo o senador, isso pode ocorrer se forem verdadeiras as notícias que informam que o governo já negocia cargos em troca de votos favoráveis à rejeição da abertura do processo.



— Se alguém cometeu um ato ilícito, tem de responder perante a Justiça. A Câmara quer evitar que o STF analise essa denúncia é um absurdo.

Lindbergh pede suspensão de votações para que se debata crise política

Não se pode dar “ares de normalidade” ao que está acontecendo no país, disse Lindbergh Farias (PT-RJ). Por isso, ele defendeu que as votações no Senado sejam suspensas e que os senadores possam discutir a crise política, devido ao fato de o presidente Temer ter sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República. Para o senador, está cada vez mais claro que o impeachment de Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar. Lindbergh afirmou que um dos condutores desse processo está preso, outro está afastado do mandato e o atual presidente da República é suspeito de corrupção.

José Medeiros critica Lula e diz que ética do Partido dos Trabalhadores é seletiva

José Medeiros (PSD-MT) criticou a “ética seletiva” do PT, que questiona as palestras do procurador da República Deltan Dallagnol, mas que “nada fala sobre a propina recebida pelo ex-presidente Lula por intermédio de palestras fictícias”.



No caso das críticas a Michel Temer feitas pela oposição, Medeiros lembrou que foi o PT quem o escolheu para compor, na condição de vice-presidente, a chapa encabeçada por Dilma Rousseff à Presidência da República.

Ana Amélia condena ameaças à atuação do Judiciário e do Ministério Público

A sociedade não aceita mais as ameaças feitas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, disse Ana Amélia (PP-RS).



— Todos os que cometeram erros devem ser julgados e punidos, de acordo com a lei, e as decisões da Justiça devem ser respeitadas.

A senadora afirmou que não se arrende de ter votado pelo impeachment de Dilma. Segundo ela, em 2014, “para assegurar a reeleição”, a ex-presidente prometeu a realização de obras no Rio Grande do Sul que até hoje estão paradas.

Amazônia deve ter força política, aponta debate

Senadores defenderam a criação do Fórum Permanente da Amazônia para dialogar com o governo e incluir a região nas estratégias de desenvolvimento sustentável do país

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) fez um rápido debate ontem sobre a estruturação do Fórum de Parlamentares da Amazônia. A proposta foi levada pelo senador Paulo Rocha (PT-PA), que lembrou ter discutido o assunto em Plenário, na segunda-feira, com os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Valdir Raupp (PMDB-RO). Na comissão, ele contou com o apoio do vice-presidente do colegiado, senador Wellington Fagundes (PR-MT).

O foco do fórum, explicou Paulo Rocha, será a inserção da Amazônia em uma estratégia de desenvolvimento nacional sustentável. O senador citou a criação, ainda no governo Dilma Rousseff, do Arco Norte, um projeto de

logística de escoamento da produção da Região Norte, que aproveita a posição estratégica da Amazônia em relação aos mercados europeu, asiático e norte-americano.

— Eu acho que deveríamos fortalecer a nossa força política para dialogar com o governo central. Queremos ter poder de barganha e incluir a Amazônia no processo de desenvolvimento nacional — afirmou o senador.

Fundo

Paulo Rocha fez comentários ainda sobre o Fundo da Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ameaçado de perder repasses do governo da Noruega caso o Brasil não



Paulo Rocha diz que Amazônia precisa fortalecer poder de barganha com governo

promova um corte de 50% nas taxas de desmatamento em 2017.

O governo norueguês já transferiu US\$ 1,1 bilhão para o fundo desde sua criação, em 2008. Mas, nos últimos dois anos, o Brasil perdeu R\$

196 milhões em repasses em função do avanço do desmatamento. Ele acredita que o fundo deveria ser administrado pelo Banco da Amazônia (Basa), “que tem a visão de fortalecer os empreendimentos de desenvolvimento

sustentável na região”, e não pelo BNDES.

Essa opinião é compartilhada por Wellington Fagundes, que tinha reunião marcada com o presidente do Basa ontem.

— Mato Grosso também está na Amazônia Legal. Para nós, trabalhar em conjunto é fundamental para que possamos mostrar para o Brasil e o mundo as nossas especificidades. Tenho sempre dito que a Amazônia não vai ser preservada com isolamento e que os amazônidas precisam de condições para a sua sobrevivência e para o desenvolvimento da região — declarou.

A comissão adiou, por falta de quorum, a votação dos itens que estavam na pauta de ontem.

Comissão adia análise de proposta que impõe limites à garantia no crédito rural

Ganhou nova oportunidade de análise, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto que proíbe as instituições financeiras de exigir, nas operações de crédito rural, garantias reais em valores superiores a 130% do crédito concedido. Na pauta da reunião de ontem, o PLS 447/2015 tinha relatório de Otto Alencar (PSD-BA) pela rejeição, mas um pedido de vista coletiva de Simone Tebet (PMDB-MS) e Armando Monteiro (PTB-PE) transferiu a decisão para a próxima semana.

Pela proposta, de José Medeiros (PSD-MT), no caso de execução da dívida, a parcela que caberá ao credor

do produto da venda do bem dado em garantia deve ficar limitada ao mesmo percentual de 130% do valor principal do crédito originariamente contratado.

Telmário Mota (PTB-RR) disse que os objetivos pretendidos por Medeiros já haviam sido atendidos por meio de outro projeto, o PLC 212/2015, que aguarda a sanção presidencial.

A garantia real mais corriqueiramente utilizada é a hipoteca do imóvel rural a que se destina o financiamento. No relatório, Otto diz que, na prática, a desproporção entre os valores do imóvel oferecido e do financiamento ocorre menos em razão da “prudência

exagerada” do credor do que da “invisibilidade da hipoteca”. Ele considera que a proporção de 130% estabelece uma relação impossível de obter nas situações reais. Otto observa ainda que a medida pode elevar o custo das operações pela necessidade de avaliação criteriosa dos bens oferecidos em garantia e de reavaliações periódicas.

Falência

A CAE votou ontem três propostas. O PLC 191/2015, que foi rejeitado, determina que a falência da sociedade empresarial somente se estenderá a empresa por ela controlada ou a ela co-

ligada quando se constatar a influência de um grupo societário nas decisões do outro, em prejuízo da massa de credores. Para o relator, Dalírio Beber (PSDB-SC), o correto é o Judiciário analisar cada situação caso a caso. A proposta ainda será votada em Plenário.

Foram aprovadas as mensagens presidenciais sobre a programação monetária para o primeiro trimestre (MSF 1/2017), relatada por Armando Monteiro, e para o terceiro trimestre (MSF 19/2017), por Fernando Bezerra (PSB-PE). Convertidas em projetos de decreto legislativo, as mensagens vão a Plenário.

Lei concede bônus a peritos e altera benefícios do INSS

Receber auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade vai ficar mais difícil para quem deixou de ser segurado do INSS e pretende voltar. É o que estabelece a Lei 13.457/2017, publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

Decorrente da MP 767/2017, aprovada no dia 31 pelo Senado, a lei aumenta a carência para concessão dos benefícios a quem perder a condição de segurado do Regime-Geral da Previdência e retomá-la pos-

teriormente. A carência será metade do prazo da carência inicial do INSS.

A lei também cria um bônus para os médicos peritos do INSS. A intenção do governo é diminuir o número de auxílios concedidos há mais de dois anos que estão sem a revisão legal prevista para esse prazo.

Para garantir a revisão, a lei criou bônus salarial de R\$ 60 para peritos por cada perícia extra. A perícia deve ser feita fora do horário normal de trabalho e o bônus não fará parte

do salário. Ele será pago por dois anos ou até que não haja mais benefícios sem perícia.

— Estamos incentivando os peritos para que façam a perícia, porque com o número de peritos hoje no INSS, é impossível — explicou o relator da MP, Pedro Chaves (PSC-MS).

A concessão ou reativação do auxílio-doença deverá, se possível, fixar prazo de duração do benefício. Na ausência desse prazo, o benefício cessará após 120 dias, exceto se o segurado requerer a prorrogação.

Policiais e bombeiros militares do Distrito Federal têm novas regras para promoção

A lei que altera critérios para a seleção de praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) que concorrerão a vagas nos quadros de oficiais (tenentes, capitães, majores e coronéis) da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A Lei 13.459/2017, proveniente da MP 760/2016, foi aprovada como projeto de lei de conversão (PLV 15/2017) no Senado no dia 31 e sancionada

com vetos. Pelo texto, as vagas nos cursos de formação de oficiais passam a ser preenchidas na proporção de 50% por antiguidade e 50% por aprovação em processo seletivo.

Foram vetados a redução da exigência de tempo de serviço militar de 18 anos para 15 anos no caso dos policiais militares, o trecho sobre aplicação do Curso de Habilitação de Oficiais e a obrigação de o policial militar realizar o Curso Auxiliar de Praças.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Assistência psicológica a professor vai a Plenário

Alunos também deverão ter acesso a atendimento de profissional de psicologia ou de equipe multidisciplinar na escola, determina projeto aprovado ontem em comissão

UMA PROPOSTA QUE garante assistência psicológica obrigatória a professores e alunos da educação básica foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Caberá agora ao Plenário dar a decisão final sobre o PLC 76/2011, da ex-deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO).

O parecer é de Marta Suplicy (PMDB-SP), que alegou ser “indiscutível” a importância da atuação do psicólogo no ambiente escolar. Segundo ela, é na esfera da psicologia que se pode trabalhar aspectos emocionais, cognitivos e sociais no cotidiano da escola. Além disso, o profissional especializado pode atuar em questões variadas, que vão desde dificuldade de aprendizagem e de

socialização a conflitos entre alunos e professores.

Conforme o texto aprovado, a oferta de apoio e acompanhamento psicológico, de forma individual ou coletiva, deverá ser prestada por um profissional de psicologia habilitado ou por uma equipe multidisciplinar. Em caso de aprovação pelo Congresso e posterior sanção, a norma entra em vigor em 180 dias.

Na fase de discussão, Dário Berger (PSDB-SC) considerou a iniciativa bem-vinda, mas se mostrou preocupado com a situação das escolas em zonas rurais e nas pequenas cidades, diante da dificuldade financeira para a contratação dos profissionais. Ele apresentou emenda para que haja trata-



Relatora da proposta, Marta Suplicy (E) se pronuncia em reunião da Comissão de Educação, presidida por Lúcia Vânia (D)

mento diferenciado a essas instituições. Ficou definido que os sistemas de ensino dos pequenos municípios ou em zona rural devem decidir sobre a forma mais adequada

de oferecer a assistência, conforme regulamentação.

A comissão aprovou também parecer favorável ao PLC 75/2016, do deputado Edinho Bez (PMDB-SC), que inclui no

calendário turístico oficial do país a Festa do Vinho Goethe, no distrito de Azambuja, em Pedras Grandes (SC). O projeto vai a Plenário em regime de urgência.

Debatedores pedem políticas para universalizar banda larga no país

Universalização da banda larga, alta tributação dos serviços de telefonia, infraestrutura subutilizada e aprovação da Lei Geral das Telecomunicações foram alguns dos temas discutidos ontem em audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O debate foi o segundo promovido pela comissão para tratar da Política Nacional de Banda Larga, tema escolhido para ser analisado pelo colegiado ao longo do ano.

O representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Igor de Freitas, disse a que a falta de recursos para universalizar a banda larga no país levou à definição de critérios e de prioridades.

— O que a Anatel tem procurado fazer é orientar o uso eficiente e efetivo dos recursos. E quando a gente tem recursos escassos, a gente precisa olhar de forma objetiva e tentar definir cri-



Representantes da Anatel, Claro, Telefônica e o secretário de Educação da Bahia em reunião presidida por Otto (5º à esq.)

térios que possam orientar esses investimentos para atender o menor IDH, menor renda e mais gente possível — explicou Freitas.

Walter Pinheiro, senador afastado para ocupar o cargo de secretário de Educação da Bahia, afirmou que o país tem infraestrutura para levar banda larga a todos os recantos. O que falta, na visão dele, é regulamentação e implantação de políticas públicas.

— As empresas só botam banda larga no lugar onde elas têm retorno. Isso é natural. Não estamos tratando com

Irmã Dulce. Então, portanto, cabe ao Estado criar as regras e as condições para impor inclusive esse nível de condição. Que o Estado cumpra o seu papel regulador e não queira substituir as empresas.

Legislação

O senador Otto Alencar (PSD-BA), presidente da CCT, pediu agilidade da Casa na aprovação da Lei Geral das Telecomunicações (PLC 79/2006). A proposta já passou pela Câmara, por comissão especial no Senado e foi enviada à sanção. No entanto, o Supremo Tribunal Federal

(STF) entendeu que a proposta deve ser discutida pelo Plenário do Senado.

— Eu estou muito mais convencido ainda de que o Senado Federal deveria votar esse projeto. Porque se fez aqui muito mais politicagem de quinta categoria do que defender os interesses do Brasil nesse setor — afirmou Otto.

O debate sobre banda larga na CCT contou ainda com a participação de representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, das operadoras Claro e Telefônica e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Lei vai proteger e defender usuário do serviço público

Usuários dos serviços públicos da União, estados e municípios vão contar com um código de proteção e defesa do consumidor. É o que estabelece a Lei 13.460/2017, publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A lei tem origem no Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 20/2015 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 439/1999, que disciplina condições para abertura de processo administrativo para apurar danos causados por agentes públicos.

As regras passam a ser válidas para os três Poderes, além de Ministério Público, advocacia pública, concessionárias e outras empresas autorizadas a

prestar serviços em nome do governo por delegação.

O relator foi Antonio Anastasia (PSDB-MG), que destacou a relevância do tema.

— Esse projeto aprimora o texto relativo aos serviços públicos, especialmente a modernização desses serviços face ao direito dos usuários.

O código explicita os direitos básicos dos cidadãos diante da administração pública, direta e indireta, e diante de entidades às quais o governo delegou a prestação de serviços.

Além de estabelecer direitos e deveres desses usuários, o texto determina prazos e condições para abertura de processo administrativo para

apurar danos causados pelos agentes públicos.

O projeto também regula a criação de conselhos de usuários e estabelece funções para as ouvidorias, como acompanhar a prestação de serviços e promover a conciliação entre usuário e órgão.

O projeto prevê avaliação anual dos serviços públicos com relação a aspectos como satisfação do usuário, qualidade do serviço prestado, cumprimento de compromissos e prazos, quantidade de manifestações de usuários e melhorias da administração pública para aperfeiçoar o serviço.

Com Agência Câmara

Ângela Portela cobra políticas de inclusão para conter violência

Ângela Portela (PDT-RR) cobrou políticas de inclusão para conter o número de homicídios. Citando dados do *Atlas da Violência*, ela disse que o número de assassinados no Brasil é maior que o de mortos em atentados terroristas no mundo.

A senadora associou a violência à desigualdade social, sublinhando que os principais atingidos são jovens negros, e criticou o governo, que, segundo ela, só governa para as elites.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lídice lembra batalhas na Bahia pela Independência

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou as comemorações do 25 de junho em Cachoeira (BA), que lembrou os heróis da luta pela Independência do Brasil. A senadora citou as batalhas do povo baiano contra o domínio português.

Ao destacar o lançamento das Frentes Parlamentares pela Soberania Nacional e em Defesa dos Bancos Públicos, ela avaliou que estão sob ameaça os ideais dos nacionalistas históricos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Situação fiscal do país é gravíssima, diz ministro

Dyogo Oliveira, titular do Planejamento, afirmou ontem que sequência de seis anos de deficits gera situação insustentável. Ele defendeu a aprovação da reforma da Previdência para reduzir gastos públicos

O MINISTRO DO Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que a situação fiscal do país continua “gravíssima”. Em audiência ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), ele disse que é preciso manter a meta de resultado primário de deficit público de R\$ 131 bilhões.

— Teremos completado ao longo dos próximos anos um período de seis anos de deficit em níveis relevantes, cerca de 2% ao ano — afirmou Oliveira.

Segundo ele, a situação fiscal não é normal e é impossível de ser sustentada.

— Não é um cenário adequado de gestão do país. Precisamos gerar superávits.

Dyogo Oliveira falou também sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 (PLN 1/2017). O texto prevê salário mínimo de R\$ 979, deficit público de R\$ 131 bilhões e crescimento do PIB de quase 2,5%.

O projeto deve ser votado na CMO até 13 de julho, o que permite que o texto seja aprovado pelo Congresso antes



Presidente da CMO, Dário Berger (D) ouve Dyogo Oliveira falar sobre a LDO

do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho.

Essa é a primeira vez que a LDO será analisada com a emenda que fixou um teto de gastos públicos por 20 anos.

O ministro defendeu também a aprovação da reforma da Previdência para reduzir o percentual dos gastos públicos no setor, atualmente em 57%.

— Este ano teremos uma despesa de R\$ 730 bilhões.

O deficit, disse, deve quadruplicar entre 2014 e 2018.

— É uma despesa descontrolada com participação crescente. Está abocanhando outras áreas do orçamento —

afirmou Oliveira, ao comentar sobre verba para a educação.

Vice-presidentes

A CMO elegeu ontem os vice-presidentes do colegiado. A deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ) foi eleita a primeira-vice-presidente; o senador Jorge Viana (PT-AC), o segundo; e o deputado Marcon (PT-RS), o terceiro.

Também foram escolhidos os 16 relatores setoriais da proposta de Lei Orçamentária para 2018 (5 senadores e 11 deputados), que será enviada pelo Executivo em agosto.

Da Agência Câmara

Vídeo ensina quais são as fases do gasto público

Diferentemente de uma compra particular, as aquisições e as contratações de governo cumprem procedimentos burocráticos que geralmente dificultam a compreensão das pessoas que não estão familiarizadas com os jargões orçamentários. Por essa razão, o novo vídeo da série Orçamento Fácil, projeto desenvolvido em parceria entre a Consultoria de Orçamento e a Secretaria Agência e Jornal do Senado, mostra com linguagem simples e recursos multimídia o que são as fases da despesa pública.

Basta um clique no 14º vídeo da série e o internauta será convidado a ajudar a fiscalizar a aplicação do dinheiro que recolhe aos cofres do governo, na forma de tributos. Em outras palavras, será chamado a exercer o controle social do orçamento público. Para isso,

precisa saber que o empenho é a primeira etapa do gasto do governo, onde há o compromisso oficial de comprar um bem ou contratar um serviço. É quando o governo reserva o recurso que já está orçado e autorizado na lei orçamentária.

O passo seguinte é um pouco mais complicado. A etapa da liquidação não quer dizer que já está tudo pago. É a fase em que o governo recebe um maquinário ou uma obra, por exemplo, e atesta que tudo está de acordo com o especificado no contrato. Não envolve nenhum pagamento, que só ocorre na fase seguinte. E se a obra e o bem não forem pagos no mesmo exercício, ainda há outra etapa denominada de restos a pagar, que, pela complexidade do conceito, terá um vídeo específico.

Mas por que é tão impor-

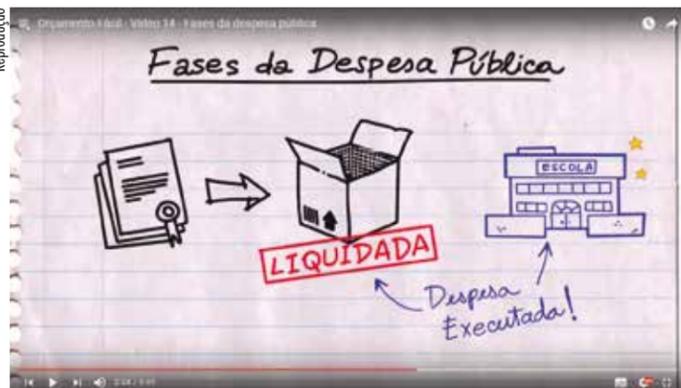
tante conhecer todo esse processo? A consultora de Orçamento Rita Santos explica que é para o cidadão poder reivindicar e cobrar a execução de uma determinada política pública.

— Poder exigir o cumprimento do Orçamento na integralidade, desde o empenho até o pagamento efetivo — disse.

Ela cita como exemplo o caso de uma associação de combate à violência contra a mulher que precisa acompanhar e cobrar os repasses federais para a execução da política pública voltada à aplicação da Lei Maria da Penha.

— Para poder cobrar, a entidade precisa saber diferenciar as fases da despesa.

Esse vídeo será o primeiro do Orçamento Fácil que terá um link direto no Painel Cidadão, que faz parte do Siga Painéis. Essa ferramenta tornou mais amigável o Siga Brasil, considerado por especialistas como o principal sistema de transparência do Orçamento da União. Tanto o Siga Brasil, lançado em 2004, quanto sua nova versão, em funcionamento desde dezembro, foram desenvolvidos pela Consultoria de Orçamento em parceria com o Prodasen.



Da série Orçamento Fácil, vídeo usa linguagem simples e recursos multimídia

Video do Orçamento Fácil: <http://bit.ly/OrcaFacil14>

Arquivamento de ação contra Aécio é contestado por senadores

Recurso contra o arquivamento da representação que pede a cassação do mandato do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) foi protocolado ontem por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Lasier Martins (PSD-RS) e João Capiberibe (PSB-AP).

O recurso, apresentado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi assinado por Capiberibe, Lasier, José Pimentel (PT-CE), Pedro Chaves (PSC-MS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

— Aguardamos agora a convocação do conselho para, o quanto antes, apreciar o recurso. Não vejo como ele não ser aprovado. Os dois casos anteriores que tiveram representação no Conselho de Ética nesta Casa, nos últimos sete anos, resultaram em cassação de mandato. O caso de Aécio tem a mesma gravidade — disse Randolfe.

Convocação

O presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), foi internado ontem com tontura e problemas cardíacos, mas havia adiantado que cumprirá o regimento e convocará reunião do colegiado com 48 horas de antecedência para a votação do recurso. No entanto, o senador não tem prazo para fazer essa convocação.

Se o recurso for reprovado pelo Plenário do Conselho, a representação contra Aécio será arquivada. Se aprovado, por maioria simples, a representação será admitida automaticamente no Conselho de Ética e o presidente deverá notificar o representado para apresentar defesa prévia no prazo de dez dias úteis.

Defesa

Capiberibe classificou de autoritária a decisão de João Alberto de arquivar a representação contra Aécio. Segundo ele, o presidente do Conselho de Ética não pode esquecer que existem outros membros no colegiado que deveriam ter sido consultados.

Capiberibe disse também que o recurso é uma forma de mostrar à sociedade que no Senado também há uma preocupação com a desqualificação da política. Ele destacou que o Conselho de Ética é o espaço adequado no Senado para que Aécio faça sua defesa.

Já Lasier considerou precipitada a decisão de João Alberto. O senador também disse que o presidente deveria ter marcado uma reunião com o conselho para estudar a admissibilidade da representação.

Ele afirmou ter subscrito o recurso contra a decisão de João Alberto pela responsabilidade do Conselho de Ética e pela dignidade do próprio Senado, que, segundo ele, precisa saber qual é a conduta dos senadores.

— É bom para o próprio senador Aécio, porque vai ser a oportunidade de ele demonstrar aquilo que tem declarado: que ele é inocente.

Lava Jato

Em maio, parlamentares da Rede e do PSOL apresentaram ao conselho um pedido de cassação do mandato de Aécio por quebra de decoro parlamentar, após seu afastamento do Senado ter sido decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

O argumento da representação dos partidos é de que gravações telefônicas autorizadas pela Justiça evidenciaram que Aécio pediu dinheiro ao dono do frigorífico JBS, Joesley Batista, para custear sua defesa na Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

— Se recebimento de propina não fere a ética e o decoro parlamentar, nada mais ferirá — disse Randolfe.

Na última sexta-feira o presidente do Conselho de Ética indeferiu de ofício a representação, alegando “falta de provas”. O recurso deverá, agora, ser analisado pelo Plenário do conselho, que decidirá se a ação contra Aécio deve prosseguir.



Capiberibe e Randolfe coletam assinaturas para protocolar a representação